

**PRODUÇÃO ASSOCIADA, AUTOGESTIONADA E AGROECOLÓGICA NA  
COMUNIDADE TRADICIONAL SÃO MANOEL DO PARI – MT: CARACTERÍSTICAS  
CONTRA-HEGEMÔNICAS DO MODO DE PRODUÇÃO CAMPONÊS.**

**PRODUCCIÓN ASOCIADA, AUTOGESTIONADA Y AGRÍCOLA EN LA COMUNIDAD  
TRADICIONAL SÃO MANOEL DO PARI - MT: CARACTERÍSTICAS  
CONTRAHEGEMÓNICAS DEL MODO DE PRODUCCIÓN CAMPESINA.**

**ASSOCIATED, SELF-MANAGED AND AGRICULTURAL PRODUCTION IN THE  
TRADITIONAL COMMUNITY SÃO MANOEL DO PARI - MT: CONTRAHEGEMONIC  
CHARACTERISTICS OF THE PEASANT PRODUCTION MODE.**

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v13i2.44827>

Cristiano Apolucena Cabral<sup>1</sup>

**Resumo:** Os camponeses e camponesas da comunidade tradicional São Manoel do Pari, Mato Grosso, organizam a sua produção ampliada da vida embasada na relação dialética entre trabalho, saberes e natureza. Os quais constituem os consumos, práticas e valores vivenciadas nas unidades produtivas familiares, nas práticas de transição agroecológicas, no trabalho associado e autogestionado e na comercialização. Este texto, resultado de pesquisa empírica e teórica fundamentadas pelo método marxista e pela metodologia da pesquisa participante, tem por objetivo analisar os elementos materiais e imateriais constitutivos da comunidade tradicional e os elementos contra-hegemônicos e alternativos à lógica do capital.

**Palavras-chave:** Campesinato. Associação. Autogestão. Agroecologia. Comercialização.

**Resumen:** Los campesinos de la comunidad tradicional de São Manoel do Pari, Mato Grosso, organizan su producción ampliada de vida a partir de la relación dialéctica entre trabajo, conocimiento y naturaleza. Los cuales constituyen los consumos, prácticas y valores vividos en las unidades productivas familiares, en las prácticas de transición agroecológica, en el trabajo asociado y autogestionado y en la comercialización. Este texto, resultado de una investigación empírica y teórica basada en el método marxista y la metodología de investigación participativa, tiene como objetivo analizar los elementos materiales e inmateriales que componen la comunidad tradicional y los elementos contrahegemónicos y alternativos a la lógica del capital.

**Palabras clave:** campesinado. Asociación. Autogestión. Agroecología. Comercialización.

**Abstract:** The peasants of the traditional community of São Manoel do Pari, Mato Grosso, organize their expanded production of life based on the dialectical relationship between work, knowledge and nature. Which constitute the consumptions, practices and values experienced in the family production units, in the agroecological transition practices, in the associated and self-managed work and in the commercialization. This text, the result of empirical and theoretical research based on the Marxist method and the methodology of participatory research, aims to analyze the material and immaterial elements that make up the traditional community and the counter-hegemonic and alternative elements to the logic of capital.

**Keywords:** Peasantry. Association. Self-management. Agroecology. Commercialization.

### Introdução

O presente artigo é resultado de pesquisa empírica e teórica na comunidade tradicional São Manoel do Pari, no estado de Mato Grosso, com o objetivo de estudar os processos de produção material e imaterial da existência e compreender os mecanismos históricos que fundamentam a sua produção concomitante à compreensão dos elementos constitutivos contra-hegemônicos à lógica do capital e as suas proposições embrionárias alternativas à mesma lógica.

Assim, foi pesquisado empírico-teoricamente a singularidade destes sujeitos subalternos (ROIO, 2018). Primeiramente, que são camponeses e camponesas, os quais carregam consigo um *modus operandi* histórico que os definem enquanto tais. Segundo, que não é qualquer camponês e camponesa, mas os que vivem em comunidades tradicionais, o que seria diferente, em algumas especificidades, daqueles que vivem em assentamentos, posses ou acampamentos. Desta forma, os pesquisados possuem algumas particularidades como, por exemplo, a maior relevância, no cotidiano, de saberes e fazeres tradicionais e costumeiros, apreendidos de geração em geração no mesmo espaço de produção da existência.

Depois, a análise foi dedicada à forma de organização no espaço familiar, ou seja, nas unidades de produção familiar, à qual se organiza em bases concretas como pela força coletiva de trabalho (a família), pelos saberes tradicionais e da experiência. Destes, procuram manter alguns equilíbrios tal como entre trabalho-consumo (PLOEG, 2016), pois esta terra é simultaneamente uma terra-trabalho, terra-consumo, terra-moradia etc. Destas e outras observações e análises foi possível perceber, na produção da vida destes sujeitos, as categorias que os definem enquanto uma classe social e a sua produção como um modo de produção singular ao modo de produção capitalista.

Ainda, foram pesquisadas as experiências, parciais, da produção agroecológica, à qual é o equilíbrio entre o camponês e camponesa e a natureza. Polarizando, desta forma, com o agronegócio, em uma limitada, porém contínua, transição agroecológica em que o capital ecológico (PLOEG, 2016) é o princípio teleológico desta opção.

Além da produção agroecológica vivenciada nas unidades produtivas, existe outra forma de organização produtiva e espacial do trabalho para além destas unidades, reunindo as unidades produtivas familiares da comunidade cotidiana e pontual e com as unidades de outras comunidades tradicionais vizinhas, à qual é a produção associada e autogestionada. Destas, as experiências de coletividade, cooperação, controle e autonomia determinam a produção material e imaterial da vida, simultaneamente à apresentação de uma alternativa à lógica capitalista.

Por fim, como os próprios produtores controlam seus produtos, eles os comercializam. Nesta, os elementos constitutivos na produção e nos comportamentos cotidianos se fazem presentes, tais como a solidariedade, reciprocidade e o cuidado. Contudo, no processo de comercialização estes camponeses e camponesas são explorados e expropriados pelo Capital.

Para estas observações e análises utilizou-se o método materialismo histórico e dialético, empregando, como critério de análise a historicidade e suas contradições, processos e dinâmicas presentes

na produção, distribuição, comercialização e consumo. Quanto à metodologia foram utilizados elementos da pesquisa participante, como a observação participante, entrevistas, rodas de conversas e oficinas.

### ***Características da comunidade tradicional camponesa São Manoel do Pari – MT***

A comunidade tradicional São Manoel do Pari, localizada na Baixada Cuiabana, em Mato Grosso, é uma antiga sesmaria, entre várias comunidades camponesas e quilombolas da região (CARVALHO, 2005). Por este motivo, diversos moradores sempre moraram na comunidade ou vieram de outras comunidades tradicionais vizinhas:

Era uma terra do estado. Aí por exemplo, este pessoal de Miguelina tem tapera deles bem donde é roça nossa ainda tem tapera que era do [inaudível] ele morava lá. Era assim, por exemplo, porque sesmaria é do estado, todo mundo sabe né, aí quem chegava ia morando, igual os índios mesmo. Mas aí ficou que passava [inaudível] de morar e ia embora aí vinha da mesma família e ficava já filho, neto, alguma coisa, da mesma família e ficava por ali mesmo (Roda de conversa com Miro, 06/09/19)

Desta maneira, foi se formando a comunidade em uma rede de parentesco e compadrio<sup>2</sup>, com um total, hoje, de 15 famílias. Os quais foram constituindo em sua característica histórica, material e também simbólico, na cotidianidade da vida, entre trabalhos, celebrações, lazeres e aprendizagens a sua produção ampliada da vida. Pois, é nesta vida cotidiana que as antigas tradições, o saber-fazer, os costumes, são apreendidos e vivenciados instituindo o modo de ser da comunidade, em um processo de acumulação de experiências passadas e de transmissão, produzindo, assim, cultura.

É nesta cultura, construída na cotidianidade, que se produz sentido para estas famílias, ou seja, a sua percepção, compreensão e representação de mundo a partir de sua produção da existência em um espaço singular: uma comunidade camponesa tradicional. Sendo o trabalho o principal elemento de sua cultura.

Esta experiência empírica – passada de geração em geração - de transformação da natureza, de conhecimento da mesma, de seu bioma, de seus instrumentos e corpos que construiu as mudanças objetivas e subjetivas. Está é a condição ontológica-histórica do trabalho (LUKÁCS, 2013).

Assim, a produção, a cultura e a história da comunidade interagem dialeticamente. Não podendo existir uma sem a outra, tal como apontou Thompson (2001, p. 248-259): “sem produção não há história”, insistiu R.S Sharma oportunamente. Mas devemos dizer também: “sem cultura não há produção”. Isto é, o trabalho, ou melhor, a transformação objetiva de realidade e a transformação subjetiva do sujeito constituem a cultura construindo, por sua vez, a história singular e universal da comunidade. Forjando, deste modo, a sua identidade.

Como afirmou Kosik (1976, p. 85), “o homem é antes de tudo aquilo que o seu mundo é” e este mundo é da forma em que foi construído pelo homem e pela mulher. Coadunando, assim, com a definição de identidade de Castells (2008, p. 22): “entende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo”.

Este significado e experiência não são entendidos em sua forma transcendente em um tempo e espaço concretos, mas em sua forma imanente, historicamente concreta em um determinado espaço e tempo. É, então, a partir destes elementos que as características da comunidade tradicional são vivenciadas por estas famílias. Características estas definidas por Diegues (1996) como a relação, dependência e conhecimento da natureza, o conhecimento extenso do território em que se vive, o viver por geração no mesmo território, a produção da própria existência material, a relevância das relações de parentesco e compadrio, a utilização de instrumentos rudimentares para o trabalho e o auto reconhecimento enquanto comunidade tradicional. Características estas que criam condições para uma vida cheia de sentido.

Ah, a comunidade tradicional pra mim é muito valorosa, porque ali que a gente sente a liberdade de criar, a gente fica mais tranquilo, da gente trabalhar e dá aquele mesmo... a gente tem o sustento né, e depois eu acho que, eu acho não, com toda certeza né que ali a gente acha que aquele lugar é o próprio pra gente viver. Porque ali a gente tem a liberdade, a gente tem o produto pra vender, a gente tem todo o direito de ficar mais tranquilo pra gente sobreviver. Pra mim, assim acho melhor, muito melhor que na cidade, muito melhor. Não tenho interesse de ir para lá ainda (Entrevista com Natalino, 07/06/19)

Assim, estas famílias forjam e experienciam um novo território do qual lhes proporcionam recursos materiais e simbólicos às suas existências. Pois,

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele flui. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma população (SANTOS, 2001, p. 96-97)

O território da comunidade são espaços comuns vividos tanto em unidades produtivas familiares quanto em espaços coletivos. Esta coletivização do espaço de forma contínua ou para momentos específicos é bastante rotineiro, sendo utilizados para lavoura, criação, trabalho artesanal, para produção de farinha, rapadura, pães, doces e para festividade e celebrações, além de serem utilizadas para reuniões políticas.

São, igualmente, nestes espaços coletivos ou coletivizados nas unidades produtivas familiares que outro elemento determinante se efetiva: o saber tradicional. Saberes estes compartilhados de geração em geração sobre uma diversidade de informações, desde o processo produtivo nas lavouras e criações e seguindo pelos saberes sobre o bioma cerrado, o solo, as fases lunares e seus efeitos na produção, as crenças, os comportamentos, os valores, o sagrado e os remédios medicinais. Um saber-fazer localizado que não exclui os conhecimentos globalizados sobre a política, a economia, a cultura urbana etc.

Deste saber-fazer tradicional se apresenta uma característica essencial à produção e reprodução da existência, o manejo com os recursos naturais, o qual é “marcado pelo respeito aos ciclos da natureza e pela exploração, observando-se a capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas” (DIEGUES; ARRUDA, 2001, p. 25).

A necessidade de manter a continuidade dos recursos naturais é suprida por este saber-fazer tradicional, o qual não se limita à produção material da vida, mas se estende à produção imaterial. Pois, neste processo de produção material há o processo de produção de valores.

Seguindo o raciocínio de Thompson (1981, p. 194),

Os valores não são ‘pensados’, nem ‘chamados’, são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas ideias. São normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e ‘aprendidas’ no sentimento) no ‘habitus’ de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria.

Valores estes representados na solidariedade, na coletividade, na cooperação, na autonomia, no cuidado, no respeito e na autodeterminação. Assim, pelo motivo de ser uma produção material e imaterial da vida tradicional - e por isso conservadora - é simultaneamente rebelde. Como já afirmava Thompson (2001, p.233), “[...] o costume, por sua natureza, é conservador” e continua ele (THOMPSON, 1998, p. 19), “por isso a cultura popular é rebelde”. É rebelde por ser conservadora.

### ***Terra-trabalho, terra-consumo e terra-moradia nas unidades produtivas familiares***

A organização de produção ampliada da vida camponesa é efetuada a partir de suas unidades produtivas familiares, geralmente em pequenos lotes, chamadas também de sítios. Na comunidade tradicional São Manoel do Pari não é diferente, mantém este *modus operandi* organizacional.

Nestas unidades produtivas familiares se experienciam uma situação singular em relação às outras classes trabalhadoras. Nesta, os meios de produção, a terra, a força de trabalho, a jornada de trabalho, o produto trabalhado, a mercadoria comercializada, a renda fruto da comercialização pertencem aos camponeses e camponesas. Fazendo-os nem burgueses (exploradores da força de trabalho do proletário expropriando-lhe a mais valia) nem proletário (que vendem sua força de trabalho para outra classe e produz mais valia para ela). Por isso, por não explorar e nem ser explorado, que a família é fundamental à produção. Ainda, por utilizar a própria força de trabalho não há a existência do salário<sup>3</sup>.

Pois é a família que trabalhará nos diversos espaços produtivos do sítio formando um trabalho coletivo, o qual facilita a produtividade:

Para mim é a coisa melhor que tem né, familiar, por que assim é um ajudando o outro, apesar assim ainda mais assim que aqui é só eu mulher e dois homens; e aí assim interessante que daí assim eles me ajudam e eu ajudo eles, porque sozinho é ruim pra trabalhar (Entrevista com Miguelina, 06/09/19)

Assim, como é a própria família utilizando sua força coletiva de trabalho<sup>4</sup>, seus instrumentos de produção, sua terra e os gastos para a produção não serão altos. Principalmente porque a terra para esta comunidade é tanto uma terra-trabalho quanto uma terra-consumo, além de ser uma terra-moradia.

Tanto Chayanov (1974) quanto Ploeg (2016) defendem a ideia que a organização produtiva familiar camponesa é uma tentativa de equilibrar o trabalho e o consumo, ou seja, uma relação entre a quantidade e qualidade do trabalho com a quantidade e qualidade do consumo (PLOEG, 2016).

Desta forma, o principal objetivo destas famílias é satisfazer as suas necessidades materiais e imateriais com a sua força coletiva de trabalho, garantindo, assim, a sua existência. Historicamente, isso só foi possível pelo equilíbrio trabalho-consumo. Por isso a importância, também, das características da composição familiar: idade, quantidade, habilidade, saúde etc. Pois, independentemente da quantidade e qualidade da composição familiar, todos necessitam consumir e o trabalho deve satisfazer esta necessidade.

Assim, a questão geracional torna um problema na comunidade, cuja maioria são pessoas acima dos 40 anos, com poucos jovens e crianças. Outra questão é o tamanho da família, a maioria sendo somente o casal ou três pessoas. Desta maneira, se reduz as necessidades a serem satisfeitas para se adequar à qualidade e quantidade da força de trabalho existentes nas unidades produtivas. Porém, o que muito ajuda é a utilização da força de trabalho coletivo, superando assim, parte das limitações existentes.

Este processo só é possível por que o trabalho, enquanto categoria ontológica (LUKÁCS, 2013; ANTUNES, 2005), carrega em si dois princípios, também ontológicos: a teleologia e a causalidade (LUKÁCS, 2013). É a intencionalidade sobre o que se quer fazer já presente no trabalho e o conhecimento sobre o processo necessário, sobre os instrumentos a serem utilizados para determinados objetos e sobre as habilidades pessoas que se fazem imprescindíveis ao trabalho. Uma verdadeira *práxis*: relação entre a teoria e a prática. Saber o que se quer e a aquisição de conhecimento prévio sobre o processo produtivo facilitam diversas limitações em relação à força de trabalho, aos instrumentos utilizados, ao solo, à lavoura e animais: “conhecer é conhecer objetos que se integram na relação entre o homem e o mundo, ou entre o homem e a natureza, que se estabelece graças às atividades prática humana” (VÁZQUEZ, 2007, p. 144).

Os saberes da experiência surgem desta *práxis*. No processo do fazer, da apreensão das características do instrumento e objetos, mudam-se as formas de fazer, com o objetivo de satisfação das necessidades. Pois, o conhecimento sobre o processo de produção é essencial para a constituição de novos saberes que surgem da experiência.

São saberes de experiências como estes que apresentam a liberdade presente e inerente ao processo produtivo. Nem os saberes tradicionais e nem os conhecimentos técnicos estão cristalizados atemporalmente, mas estão em constantes mudanças para responderem à solicitação e necessidade do próprio processo produtivo. Esta possibilidade de possuir alternativas no trabalho só é viável pela existência e vivência tanto da teleologia (finalidade, intencionalidade) quanto da causalidade (conhecimento causal dos elementos presentes no processo produtivo).

Desta forma, existir a alternativa no processo de produção na unidade produtiva é, simultaneamente, existir a consciência de sua realidade. Não obviamente uma consciência global, absoluta, mas uma consciência possível. Assim, o trabalho e a necessidade constituem os fundamentos para vivenciarem o conhecimento, o pensamento, a liberdade e a consciência. Esta condição dialoga muito bem com a afirmação de Mészáros (2006, p. 149): “[...] a liberdade humana não é a transcendência das limitações (caráter específico) da natureza humana, mas a coincidência com elas”.

Além destes elementos destacados acima, há o autodomínio destes camponeses e camponesas. Por serem trabalhadores e trabalhadoras singulares, ou seja, por controlarem a sua produção material e imaterial da existência, possuem o autodomínio sobre suas necessidades materiais e imateriais e habilidades para o trabalho. Assim - e conseqüentemente - possuem, parcialmente, o autodomínio da construção de sua própria história.

É com este autodomínio que estas famílias tentam manter o equilíbrio entre a intensificação na utilização da força de trabalho individual e coletiva e os benefícios proporcionados desta utilização. O que Ploeg (2016) denominou de equilíbrio entre penosidade e utilidade. Este equilíbrio é essencial para o bom funcionamento produtivo e reprodutivo das unidades produtivas na comunidade tradicional.

Aumentando os consumidores, aumenta a intensificação do trabalho; com isso, aumenta os benefícios, porém aumenta a penosidade no trabalho (longas jornadas sob o sol e chuva, etc.). Contudo, quando houve a necessidade de aumentar esta intensidade produtiva, chegando ao limite das unidades produtivas familiares, os camponeses e camponesas da comunidade reuniram-se para criar a cozinha coletiva e desta maneira manter o equilíbrio. Por isso a comunidade optou pela compra de engenho elétrico e maiores e melhores instrumentos para a produção e conservação de rapadura, melado, açúcar mascavo, caldo de cana, doces, pães, farinha de mandioca e de banana, banana chip, etc. equilibrando, assim, o grau de satisfação e o grau de sofrimento.

Por fim, uma característica nas unidades produtivas familiares é a organização do espaço. Divididos, porém não fragmentados, mas interligados estão a casa, o quintal produtivo, a roça e o pasto, além do espaço coletivo da horta comunitária, do engenho de produção e da cozinha coletiva.

Os espaços são organizados para suprir as necessidades de consumo e comercialização. Desta forma, a casa tornou-se local de produção de polpas de diversas frutas, doces, furrundum, azeite, queijos, remédios naturais, redes, tapetes e panos de mesa. O quintal produtivo para a plantação de pés de frutas diversas, raízes, legumes e verduras e para a criação de animais de pequeno porte como galinha e médio porte como porco. Na roça, plantam banana, feijão, milho, cana-de-açúcar, mandioca. Por fim, no pasto planta-se e cuida-se da gramínea para os animais de grande porte como o cavalo e o gado.

Apresentando-se uma grande diversidade produtiva. Na lavoura permanente: laranja, limão, manga, banana, mamão, goiaba; na lavoura temporária: batata, arroz, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, cebola, milho, algodão, legumes e verduras; na criação: galinha caipira e semi-caipira, porco, cavalo e gado; produção de derivados: rapadura, furrundum, farinha da mandioca, farinha da banana, pamonha, melado, bolos, doces; e artesanatos: rede, bolsa, tapete.

São condições históricas com estas que apresenta os camponeses e camponesas enquanto classe.

Classe é uma formação social e cultural (frequentemente adquirindo expressão institucional) que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes; e, em última análise, a definição só pode ser feita através do tempo, isto é, ação, reação, mudança e conflito. Quando falamos de uma classe, estamos pensando em um corpo de pessoas, definido sem grande precisão, compartilhando a mesma categoria de interesses, experiências sociais, tradição e sistemas de valores, que tem disposição para se comportar como classe, para definir, a

si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas, em termos classistas. Mas classe, mesmo, não é uma coisa, é um acontecimento (THOMPSON, 2012, p. 169)

Uma classe que não é nem proletária e nem burguesa. Nem é explorada para a produção de mais valia e nem explora para a expropriação de mais valia. Mas uma classe de trabalhadores e trabalhadoras que possuem seus meios de produção e sua força de trabalho e que possui o controle sobre a terra, a jornada de trabalho, o produto do trabalho, a renda. Possuindo os mesmos interesses tanto em suas unidades de produção familiar quanto em sua comunidade. Enfim, uma classe consciente que não deseja ser nem explorada e nem exploradora, que se organiza e luta politicamente de acordo com seus interesses - uma luta pela terra ou pela permanência na terra. Sendo, assim, uma classe em si e uma classe para si.

À medida que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas de existência que as separam uma das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões de famílias constituem uma classe. Mas, na medida em que existem entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a igualdade de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não formam uma classe (MARX, 2003, p. 137)

Classe em si: as determinações econômicas que diferenciam e separam de outras classes. Classes para si: consciência (possível) de sua condição, organização e mobilização política local e nacional. Assim são os camponeses e camponesas em geral e os da comunidade tradicional São Manoel do Pari, organizando-se pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), e pelos vários sindicatos locais, pela Via Campesina e pelos vários movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e associações de lutas pela terra e luta pela permanência na terra, pela presença em articulações nacionais como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e diversas outras nacionais e internacionais.

Além de classe, as determinações históricas presentes e vivenciadas por estes camponeses e camponesas e várias outras em diversas localidades do país fazem de sua produção ampliada da vida um modo de produção.

Ora, o modo de produção camponês, tal como nós o compreendemos, aqui, não é gerador de uma formação particular, ele se incrusta numa série de formações, ele se adapta, interioriza a seu modo as leis econômicas de cada uma delas e deixa, ao mesmo tempo, com maior ou menor intensidade, em cada uma delas a sua marca. É aí que resiste, na nossa opinião, o segredo da surpreendente longevidade que inspiram as predições sobre a sua perenidade (TEPICHT apud CARVALHO, 2005, p. 15)

Este modo de produção camponês é tanto subordinado quanto independente. Subordinado por ser subalterno diante à hegemonia do modo de produção capitalista e independente pelo motivo da classe camponesa ter em seu controle a sua força de trabalho, os meios de produção, a terra, os produtos e a renda adquirida da venda de suas mercadorias. Isso faz deste modo de produção um modo de produção não-capitalista, não sendo nem produtiva<sup>5</sup> e nem improdutiva<sup>6</sup>.

Segundo Marx (1987, p. 401), mesmo que estes camponeses comercializem suas mercadorias não os tornam trabalhadores produtivos ou improdutivos e a sua produção é independente da produção capitalista:



Nessa relação confrontam-se como vendedores de mercadorias e não de trabalho, e tal relação, portanto, nada tem a ver com troca de capital por trabalho, nem com a diferença entre trabalho produtivo e improdutivo, a qual deriva meramente na alternativa de o trabalho se troca por dinheiro como dinheiro ou por dinheiro como capital. Por isso, não pertencem à categoria do trabalhador produtivo nem à do improdutivo, embora sejam eles produtores de mercadorias. Mas sua produção não está na esfera do modo de produção capitalista.

Entretanto, mesmo sendo não-capitalista, os imperativos sociometabólicos do capital submetem a classe camponesa à sua lógica. Segundo Luxemburg (1985), existem algumas oportunidades para esta subordinação: vendendo os produtos para capitalista e dentro de sua lógica e tornando-se consumidores de suas mercadorias. Ainda, a lógica do Capital empenha-se constantemente em reduzir a produção camponesa a pouquíssimos produtos, para fazê-los depender cada vez mais do modo de produção capitalista. Experimentando, assim, uma acumulação primitiva constante.

Se o capitalismo, portanto, vive de formas não-capitalistas, vive, a bem dizer, e mais exatamente, da ruína dessas formas. Necessitando obrigatoriamente do meio não-capitalista para a acumulação, dele carece como meio nutriente, à custa do qual a acumulação se realiza por absorção. Considerada historicamente, a acumulação de capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre os modos de produção capitalistas e os não-capitalistas. Sem esses modos a acumulação de capital não pode efetuar-se. Sob esse prisma, ela consiste na mutilação e assimilação dos mesmos, e daí resulta que a acumulação do capital não pode existir sem as formações não-capitalistas, nem permite que estas sobrevivam a seu lado. Somente com a constante destruição progressiva dessas formações é que surgem as condições de existência da acumulação de capital (LUXEMBURG, 1985, p. 285)

Além das mercadorias adquiridas da classe camponesa e das mercadorias vendidas à esta classe, a lógica do capital se nutre da força de trabalho destes quando estes se tornam exército de reserva por motivos, principalmente, da concentração fundiária, separando os camponeses de seus meios de produção. Tornando, assim, a força de trabalho do camponês e da camponesa em mercadoria.

### ***Produção agroecológica e saberes tradicionais: uma heterotopia à territorialização do capital***

A realidade agrária em que a comunidade tradicional está inserida é realidade em que o agronegócio é quase absoluto. Só a título de exemplo, pode-se comparar a diferença, no estado de Mato Grosso, entre os que possuem até 100 hectares e os que possuem mais de 1.000 hectares (IBGE, 2017). Os que tem até 100 ha são no total 68,82% de todos os estabelecimentos agrários, enquanto os que tem mais de 1.000 ha são somente 0,73% do total de estabelecimentos. Porém, os pequenos produtores possuem apenas 5% de toda a área agricultável do estado enquanto estes latifundiários possuem 35,75% de toda a área. A situação se apresenta mais desigual e injusta se analisar os que possuem mais de 500 ha: 12,19% de todos os estabelecimentos e 86,52% de toda a área<sup>7</sup>. Este é o agronegócio latifundiário no estado de Mato Grosso.

Por agronegócio entende-se:

[...] o conjunto de empresas capitalistas que direta ou indiretamente estão relacionadas com os processos de produção, de beneficiamento, de industrialização e de comercialização de produtos e subprodutos de origem agrícola, pecuária, florestal e

agroextrativistas, e que são comercializadas com maior ou menor grau de beneficiamento predominantemente na bolsa de mercadorias e futuros (BM&F). Essas mercadorias são denominadas, na expressão comercial, de ‘commodities’. Elas são cotadas em dólares, em função de serem produtos preferenciais para exportação e cuja cotação de preços é regulada pelo comportamento comercial desses produtos em outras praças no exterior (CARVALHO, 2005, p. 198)

Este novo modelo produtivo no campo surge a partir de 1960, com a ‘revolução verde’, o qual tinha por objetivo a territorialização do capital no campo, ou seja, implantar monocultura industrializada, maximização de tecnologias modernas, utilizar insumos, sementes, fertilizantes industrializados, possuir uma forte presença do capital industrial, comercial, financeiro e especulativo e controlar as sementes. Com isso, o modo de produção capitalista conquistou seu último território, colocando em prática três elementos fundamentais à sua lógica: redução do tempo<sup>8</sup>, menores custos e maiores lucros. Todos intrinsecamente relacionados.

As consequências desta ‘revolução verde’ são várias: destruição da biodiversidade, enfraquecimento do solo, envenenamento dos trabalhadores, consumidores, água, solo, plantas e animais, concentração fundiária, êxodo rural, desemprego e trabalho escravo contemporâneo<sup>9</sup>.

Uma destas consequências, a concentração fundiária, não se reduz somente em relação à propriedade, pois para os camponeses e camponesas a terra é terra-moradia, terra-trabalho, terra-consumo, terra-lazer, terra-educação, terra-sagrado. A terra é, então, essencial para a produção material, social, religiosa, afetiva e simbólica. E quando as personalizações do capital no campo concentram terra para a produção ou para a especulação fundiária retiram o território de produção ampliada da vida destes camponeses e camponesas.

O monocultivo é outra consequência que atinge não só a biodiversidade ou a soberania alimentar<sup>10</sup>, mas também a segurança alimentar<sup>11</sup> da população. No mato Grosso<sup>12</sup>, na safra de 2017/2018, em um total de 15.497.800 hectares produzidos, a produção de alimentos necessários à população, como o arroz e feijão, foi de somente 2,8% do total, enquanto a soja, o algodão, o milho e a cana-de-açúcar dominaram 97,2% do total desta área. Ainda, se levar em conta as toneladas produzidas, 62.813.500 toneladas no total, o arroz e o feijão possuíam somente 1,4% do total, enquanto a soja, o algodão, o milho e a cana-de-açúcar dominaram 98,6% do total.

Isso demonstra também a homogeneização produtiva. Segundo Esteve (2017, p. 45), “apenas cinco variedades de arroz fornecem 95% das colheitas nos principais países produtores [...]”. Outro exemplo é a denúncia de Altieri (2012, p. 24):

[...] as paisagens agrícolas do mundo são destinadas ao plantio de apenas 12 espécies de grãos, 23 espécies de hortaliças e 35 espécies de frutas e nozes. Isso significa que não mais de 70 espécies ocupam aproximadamente 1,44 bilhão de hectares de terras hoje cultivadas no mundo.

Com esta redução da diversidade de alimentos, um problema à segurança alimentar, reduz-se simultaneamente os sabores e os saberes tradicionais inerentes aos alimentos e ao seu cultivo.

Para além da homogeneização das sementes está a produção transgênica de alimentos, isto é, de alimentos geneticamente modificados, os quais trazem diversos malefícios à vida, com a intenção de

manter a tríade fundamental à lógica do capital: tempo, custo, lucro. Ainda, com a produção de alimentos transgênicos, as empresas<sup>13</sup> controlam as sementes e a sua comercialização. As consequências são diversas: monopólio empresarial, implicações da modificação genética à vida, eliminação de insetos úteis, desequilibrando o ambiente com novas pragas e alta utilização de agrotóxicos.

Agrotóxicos estes que têm por objetivo o combate e o controle de insetos nocivos à produção, têm por consequências: a dependência para se controlar insetos, a poluição do ambiente, salinização do solo, intoxicação crônica, doenças neurológicas, respiratórias e câncer (ALTIERI, 2012; LONDRES, 2011).

Aqui, é necessário sucintamente expor a instrumentalização do conhecimento pela lógica do capital com o único objetivo de agregar valor às mercadorias (entre elas, a força de trabalho, tornando homens e mulheres em capital humano) do agronegócio. O capital intelectual determina quais conhecimentos e saberes são legítimos, deslegitimando e tornando anacrônicos e obsoletos os saberes tradicionais e da experiência presentes na produção camponesa. Assim, capital intelectual e capital industrial estão inerentemente ligados:

é como se o próprio pensamento tivesse se reduzido ao nível do processo industrial, submetido a um programa estrito, em suma, tivesse se tornado uma parte e uma parcela da produção (HORKHEIMER, 2000, p. 30)

Consequentemente a este processo de territorialização do capital é a constituição de um império alimentar, o qual controla o solo, as águas, a fauna e flora, a produção de alimentos, a força de trabalho e os preços. Desta forma, controlando toda a cadeia produtiva, determinam quais alimentos se deve consumir e o seu preço.

Segundo Ziegler (2013, p. 152), “apenas dez sociedades – entre as quais a Avantis, a Monsanto, a Pioneer e a Syngenta – controlam um terço do mercado mundial de sementes [...]”. Decidindo, então, quem deve alimentar e quem não deve, quem deve morrer e quem não deve. O alimento que deveria ser um direito humano, torna-se mercadoria e sua função de alimentar deixa de ser o principal objetivo.

A afirmação de Castro (1961) de que o problema da fome não é uma questão natural, mas política e econômica continua mais atual ainda. Os interesses do lucro pelas transnacionais de produção e comercialização são os determinantes dos preços. Ainda, além do capital industrial e comercial, o capital especulativo é outro elemento determinante dos preços (ESTEVE, 2017; ZIEGLER, 2013). Provocando, assim, flutuações de valores, amiúde, distante da realidade da maioria daqueles que comem. Um exemplo é o apresentado por Esteves (2017, p. 27): “Em março de 2008, o preço médio do trigo em escala mundial foi 130% superior ao do ano anterior; a soja valia 87% mais; o arroz, 74%, e o milho 31%”.

Desta forma, a instituição política e econômica da fome<sup>14</sup> é garantida e incontestável. Ainda, aqueles que padecem da fome são, em nível mundial, segundo a ONU (2019), em 2018, 820 milhões de pessoas; e aqueles que padecem da insegurança alimentar chegam a absurdos dois bilhões de pessoas.

Contudo, contrapondo ao agronegócio e suas intencionalidades políticas, sociais, econômicas e culturais está a agroecologia, uma proposta também vivenciada pelos camponeses e camponesas da comunidade tradicional São Manoel do Pari, cuja intencionalidade é retomar as práticas produtivas,

sociais, econômicas, políticas, sociais e éticas vivenciadas pelos antepassados indígenas, quilombolas e camponesas relacionando com os conhecimentos científicos contemporâneos sem perder as premissas fundantes em relação à pessoa e à natureza (CAPORAL, 2013). Assim,

A proposta agroecológica enfatiza agroecossistemas complexos nos quais as interações ecológicas e os sinergismos entre seus componentes biológicos promovem os mecanismos para que os próprios sistemas subsidiam a fertilidade do solo, sua produtividade e a sanidade dos cultivos dos cultivos (ALTIERI, 2012, p. 105)

Ainda,

[...] a agroecologia é muito mais do que uma forma de gestão dos recursos naturais, configurando-se como um novo modo de vida rural, capaz de conjugar valores, qualidades de vida, trabalho, renda, democracia, emancipação política, em um mesmo processo (SCHIMITT, 2013, p. 181)

No entanto, ao observar a cotidianidade da comunidade pesquisada vê-se que as experiências agroecológicas são parciais, assim, pode-se dizer que a comunidade não vivencia a agroecologia em sua totalidade, mas utiliza alguns elementos de transição agroecológica.

Entende-se, aqui, que a transição para a agroecologia implica a reapropriação e/ou fortalecimento da capacidade de gestão individual ou coletiva, dos camponeses e agricultores familiares sobre os recursos naturais que servem de base à sua reprodução econômica e social, envolvendo, frequentemente, reestruturações importantes nos vínculos estabelecidos com os diferentes agentes sociais com os quais mantinham relações na fase anterior ao seu engajamento nas chamadas redes de agroecologia (SCHIMITT, 2013, p. 192)

As transições agroecológicas experienciadas pelas famílias na comunidade são graduais e não lineares. De acordo com os níveis fundamentais apresentados por Caporal (2013) – valores que orientam a produção e o consumo, redução de insumos industriais e substituição por práticas que valorizam a biodiversidade, valorização produtiva dos agroecossistemas – observados na vivência da comunidade vê-se que seguem de forma limitada e contraditória, mas cujo o objetivo é superar estas limitações e contradições aprofundando as práticas agroecológicas.

Um dos elementos principais experienciado pela comunidade é a utilização do capital ecológico (PLOEG, 2009), à qual supera a necessidade do capital industrial e financeiro utilizados de maneira prioritária pelo agronegócio. A utilização de insumos ecológicos, caldas ecológicas, manejo ecológico, composto orgânico e biofertilizante são alguns dos exemplos de uma relação não mercantilizada com a natureza.

A relação com a natureza, no sentido de capital ecológico, deve ser uma relação de coprodução, na perspectiva de que quando satisfaz as necessidades do ecossistema, este satisfará as necessidades da comunidade. Ou como Ploeg (2016) definiu: equilíbrio entre pessoa e natureza. Uma relação de reciprocidade, que se for desfeita, as consequências tanto para os camponeses e camponesas quanto para a natureza serão destrutivas.

Por isso a manutenção e existência da biodiversidade é substancial. Esta antropia pode se chamar de agrobiodiversidade:

A biodiversidade é o termo que sintetiza essa diversidade de seres orgânicos e inorgânicos presentes em qualquer comunidade natural. A agrobiodiversidade é um segmento que se confunde com a biodiversidade e que trata especificamente das comunidades agrícolas constitutivas por plantas, animais e solo. (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 71)

Nesta antropia, o proteger a biodiversidade possui o objetivo de fazer uso das potencialidades naturais, as quais satisfaçam as necessidades da produção da existência da comunidade. Para isto, as estratégias utilizadas são a rotação de cultura, a horta mandala, a utilização de animais na plantação, o cultivo de cobertura e o preparo do solo<sup>15</sup>.

A proposta deste manejo agroecológico é o desenvolvimento sustentável da natureza para a produção de alimentos<sup>16</sup>. Com isso, no processo de transição agroecológica, reduz cada vez mais a dependência de produtos industrializados (insumos, agrotóxicos, adubos, sementes, máquinas) que danificam a biodiversidade e a natureza. Desta forma, a utilização do capital ecológico enquanto elemento primordial ao equilíbrio pessoa-natureza se efetiva na cotidianidade dos camponeses e camponesas.

Consequentemente, a vivência dos princípios agroecológicos, mesmo ainda existindo limites e contradições, é uma preservação da autonomia existente e resgate da autonomia perdida, pois as condições de produção e reprodução material da existência estarão implementados. Produzir bens para consumir, comercializar e manter as condições materiais (solo, água, animais, plantas, instrumentos de trabalho) de produção viáveis à reprodução material são vitais às famílias. Por este motivo que Ploeg (2016) defende a importância do equilíbrio entre produção e reprodução, ou seja, produzir de certa forma que garanta a reprodução, reprodução esta que mantém a produção. Com isso, a autonomia, a independência do modo de produção camponesa vivenciada na comunidade tradicional se mantêm.

Neste processo de maximizar a autonomia, os camponeses e camponesas da comunidade cultivam sementes crioulas<sup>17</sup>. Com o seu cultivo, juntamente com a permanência da diversidade, mantém os sabores e saberes vinculados à semente crioula, apreendidos e ensinados de geração em geração, fazendo destes que cultivam os guardiões do passado. Ainda, ao se conservar a semente, os sabores e os saberes esta classe se rebela contra os impérios alimentares que empenham-se em controlar as sementes, os sabores e os conhecimentos vinculados ao cultivo e à semente. Retornando, assim, a Thompson (2001; 1998): por ser conservador, é rebelde.

Dessa maneira, com o controle de suas sementes, a segurança alimentar, fragilizada pelo agronegócio, será fortalecida, dando, por sua vez, direito à alimentação à população. Pois só é possível manter a segurança alimentar quando o país e o local possuem a sua soberania alimentar<sup>18</sup>, do qual, só é, por sua vez, possível, retirando o controle sobre as sementes, o cultivo e a criação de animais dos impérios alimentares, os quais só tem por objetivo único o lucro. Enquanto a classe camponesa produz com o objetivo a satisfação das necessidades sua e dos consumidores, com alimentos saudáveis. Assim, sendo soberano sobre a sua alimentação, comer se torna um ato político.

Comer, no entanto, é muito mais do que engolir alimentos. Comer de forma consciente envolve perguntar-se de onde vem o que consumimos, como foi elaborado, em que condições, e porque pagamos por isso um determinado preço. Significa tomarmos o controle de nossos hábitos alimentares, e não simplesmente delegar. Em outras

palavras, ser soberano, poder decidir quanto à nossa alimentação. Esta é a essência da soberania alimentar (ESTEVE, 2017, p. 191)

Este ato político só é realizável porque os saberes tradicionais não foram totalmente arrastados ao esquecimento pelo absolutismo do capital intelectual imposto pelos imperativos sociometabólicos do capital.

Os saberes e práticas locais transferidos de geração em geração faz parte da organização histórica produtiva do modo de produção camponês. Desde criança o aprendizado se faz presente: quando criança se aprende a produzir em casa (polpa, bolo, pão, biscoito, artesanato) e no quintal (legumes, verduras, frutas, galinhas, porcos); já quando jovem produzem na roça (mandioca, banana, milho, feijão, cana-de-açúcar) e no pasto (criação de gado, leite). De acordo com a idade expande-se o espaço em que se irá aprender, em um processo de ensino e aprendizagem dialogal com os trabalhadores e trabalhadoras.

Estes saberes não são fundamentados por conceitos e categorias epistêmicas. Estes não são a base da veracidade, mas sim a praticidade cotidiana, respondendo às demandas em comum, de acordo com a determinação histórica dos camponeses e camponesas. A repetição e o resultado, a experiência vivida, legitimam esta veracidade cotidianamente. Por isso torna-se tradicional.

Estes saberes não são simplórios, mas bastante complexos e ricos. O repertório é vasto.

Ao contrário do que pensa, na mente do agricultor tradicional existe um detalhado catálogo de conhecimentos sobre a estrutura ou os elementos da natureza, as razões que se estabelecem entre eles, os processos ou dinâmicas e seu potencial utilitário. Dessa forma, o saber local abrange conhecimentos detalhados de caráter taxonômico sobre constelações, plantas, animais, fungos, rochas, neves, águas, solos, paisagens e vegetações, ou sobre geofísicos, biofísicos, ciclos de vida, períodos de floração, frutificação, germinação, cio ou nidação, e fenômenos de recuperação de ecossistemas (sucessão ecológica) e manejo de paisagens (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 97)

Diferentemente do conhecimento universitário, os saberes produzidos e experienciados na comunidade não é fragmentado, mas interligados:

Ah, porque estes são assim, coisa que vem quase em primeiro lugar, por que, por exemplo, a lua, a lua para nós, trabalhador rural, tem que prestar bastante atenção. A lua que dá para plantar o milho, que dá para plantar a muda de banana; o milho é mais crescente, milho aqui, nós planta aqui é de outubro até janeiro, depois não tem mais chance de plantar, porque até produzir já entrou a seca. Muda de banana também é a mesma coisa, a banana é na cheia, quarto crescente até a cheia deve se aproveitar.

Você tem que conhecer a terra pra você plantar, tem coisa... a terra forte, você vai plantar milho na lua cheia, na véspera da cheia, vai dar só o pé, pouca espiga. A terra forte é uma terra que concentra bastante adubo, tá com bastante adubo orgânico nela, aí ela vai dar muito pé e pouca produção.

Na verdade, todos plantio que se planta ele regula muito com a lua, tanto com a terra como com a lua. Se ocê acompanhar um pouco cê [inaudível] saber que não é muito certo aquele dia, mas a gente espera a proteção da chuva, então se atrapaia com outras coisas, mas cê ver que tá bem ruim mesmo, nem planto aquele dia, espero passar (Roda de conversa com Miro, 07/12/19).

Por fim, chega-se à conclusão que a agroecologia é embasada em princípios éticos (CAPORAL; AZEVEDO, 2011). Sendo a vida da pessoa e do ecossistema a sua premissa absoluta. Por isso o *ethos* da lógica do modo de produção camponês é o oposto ao *ethos* da lógica do modo de produção capitalista.

Assim, a luta política e econômica se manifesta historicamente entre estas duas classes. Luta política esta permeada de luta de valores, de experiências vividas e consciências possíveis (THOMPSON, 1981) presentes na produção das unidades produtivas, na agroecologia e na produção associada e autogestionada: experiências não-capitalistas, contra-hegemônicas e alternativas ao Capital.

### ***Produção associada e autogestionada: experiências embrionárias de guerra de posição***

Como analisado anteriormente, a premissa histórico-ontológica que determina a organização produtiva da classe camponesa, em geral, e dos camponeses e camponesas da comunidade tradicional pesquisada, em particular, é a satisfação de necessidades. Sendo a melhor forma encontrada para efetuar a organização espacial em unidades produtivas familiares; os equilíbrios trabalho-consumo, penosidade-utilidade, pessoa-natureza; a utilização de força coletiva de trabalho; o uso dos saberes tradicionais e da experiência; o trabalho agroecológico.

Porém, ainda assim, houve dificuldades na produção e reprodução material e imaterial da existência. Por isso, a comunidade tradicional teve que buscar maneiras de se reorganizar para realizar a primeira premissa. Reorganização esta que não transcende suas determinações históricas, mas sim encontradas em sua produção ampliada da vida.

Marx (1977, p. 25) já afirmava que

[...] a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições para resolver já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer.

Assim, pelas experiências de solidariedade, reciprocidade, coletividade, cooperação, autonomia, autodeterminação presentes na produção coletiva familiar e agroecológica, a comunidade resolveu o problema de satisfação de necessidades com outra organização produtiva: a produção associada. À qual é a organização associada entre trabalhadores e trabalhadoras autogestionados - com necessidades, intencionalidades, pensamentos e ideias relativamente comuns - que, de maneira coletiva, cooperada, autônoma, autodeterminada e consciente, sistematizam individualmente sua força de trabalho, transformando-a em força coletiva de trabalho. Assim, superando as limitações físicas e de habilidades, que potencializam o tempo de trabalho e maximiza o tempo disponível, produzindo bens materiais e imateriais coletivos, em espaços coletivos ou pontualmente coletivizados para a produção e satisfação de necessidades comuns.

Sobre este trabalho associado, Marx (1988, p. 86-87) já o apresenta, como exemplo, relacionado aos camponeses e camponesas:

Para estudar o trabalho comum, isto é, a associação direta de trabalho, não é mister revelar a forma comunitária que aparece naturalmente no limiar da história de todos os povos civilizados. Constitui um exemplo próximo a indústria patriarcal rural de uma família camponesa, que produz, para as próprias necessidades, trigo, gado, fio, tela de linho, peças de roupa etc. Essas coisas diversas são, para a família, produtos diversos do seu trabalho, mas não se confrontam entre si como mercadoria. As diferentes espécies de trabalho que dão origem a esses produtos, lavoura, pecuária, fiação, tecelagem,

costura etc. são na sua forma concreta, funções sociais, sua própria e espontânea divisão do trabalho.

Como Marx bem apresentou, para compreender o trabalho associado não é preciso buscar em experiências históricas tão distantes – espaço e temporalmente –, pois existem experiências muito mais próximas. Uma delas é a vivenciada entre as unidades produtivas familiares da comunidade tradicional camponesa São Manoel do Pari.

Uma destas características para a produção associada é o espaço coletivo de produção material e imaterial. Na comunidade pesquisada estes espaços são vários. Primeiro, existe o espaço coletivizado pontualmente (unidades produtivas familiares) para a produção de derivados ou para cultivo e criação, também para experiências coletivas de solidariedade como os mutirões e as trocas de jornada de trabalho. Segundo, existe os espaços coletivos como a horta comunitária, o engenho de produção, a cozinha coletiva e a Associação; além de outros espaços como a igreja e escola na comunidade.

As produções nestes espaços são quantitativa e qualitativamente diversos. Na horta coletiva se cultiva jiló, quiabo, alface, rúcula, cebolinha, coentro, abobora, mandioca, mamão. No engenho de produção: rapadura, melado, caldo de cana, açúcar mascavo, farinha de mandioca e de banana. Já na cozinha coletiva: doces, pães, biscoitos, doces, banana chip, polpa.

Juntamente com a coletivização destes espaços – pontual ou contínua – há, igualmente, a coletivização dos meios de produção, os quais são: liquidificador, balança de precisão, moedor de cana-de-açúcar, fornos industriais e feitos com barros, tachos, inchada, foice, carroça e animais de carga.

São estes espaços e com estes meios de produção coletivos que os camponeses e camponesas se organizam para produzir associadamente, cooperando<sup>19</sup> entre si e para si. Esta cooperação, de trabalhadores associados em propriedades coletivas, Marx (2011b, p. 60) chama de “comunismo realizável” e de “ruptura da velha forma” (MARX, 1985a, p. 509). Mas, então, o que é cooperação? Para Marx (1988, p. 374), a cooperação é “[...] a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos”.

Na cooperação e na coletividade que a força de trabalho individual se torna quantitativa e qualitativamente em força coletiva de trabalho.

Ah, por que o coletivo é mais descansado. Porque, por exemplo, ninguém não deixa pesar para o outro. E você sozinho tem dez tarefas você tem que fazer. Porque daí se não tem outro companheiro pra te ajudar. Vamos supor descer um tacho daquele lá! Você vai descer ele sozinho dá um trabalho danado. Mas se tem companheiro se torna bem mais leve. E assim é em todo os serviços. No coletivo é bem mais leve. E no coletivo se produz mais! Por que hoje mesmo, se fosse uma só, individual, por exemplo, nós não é capaz de produzir mais que uma tachada daquele. E por exemplo, a gente mesmo produzir duas tachada termina cedo. Aí que vê a diferença. Individual cansa mais. Daí você tem que fazer tudo (Entrevista com Miro, 07/06/19).

Combinando o trabalho coletivo e cooperado eleva-se a força de trabalho e torna a atividade menos penosa individualmente. Superando as limitações físicas e de habilidades, pois o trabalhador não é mais um trabalhador individual, mas coletivo. Ainda, economiza o tempo de trabalho<sup>20</sup>: “[...] a diferença



em trabalhar sozinho é que não rende o serviço” (Roda de conversa com Maria Lina, 19/12/19) e aumenta a produtividade:

Ah, sente, sente diferença, por que, por exemplo, enquanto um tá moendo o outro já tá no tacho ali, cuidando do tacho. Aí quando, por exemplo, como hoje memo, quanto nós tava moendo aqui, aí já teve outro que foi na roça com o carro e pegou umas cana e trouxe pra cá e depois deu um andamento muito mais fácil né. Assim, se produz, produz muito maior. Porque ali, assim, por exemplo, se a gente for fazer só... vai dizer assim, tá fazendo, fazendo uma média de 50 rapadura, se for em conjunto tudo, vai fazer 150 rapadura ali. E vai dar uma renda maior, mesmo que você sabe que depois vai dividir, mas a gente que é já acostumado com isso porque depois vai ter que tem muito gasto com engenho, uma coisa ou outro. Assim se cansa mais menos. Porque um ajudando o outro aí não vai cansar (Entrevista com Natalino, 07/06/19).

Aqui o tempo é medido tanto em sua duração, quanto em sua intensidade. Tanto o primeiro quanto o segundo determinados pelas necessidades materiais e imateriais, e não por maiores lucros. Os equilíbrios trabalho-consumo e penosidade-utilidade estão presentes também na dupla medição do tempo.

Se o processo de trabalho é complicado, a simples existência de um certo número de cooperadores permite repartir as diferentes operações entre os diferentes trabalhadores, de modo a serem executados simultaneamente, encurtando-se assim o tempo de trabalho necessário para a conclusão de todas as tarefas (MARX, 1988, p. 376)

Além da menor penosidade no processo produtivo, o encurtamento do tempo de trabalho para ou ampliar a produção ou para ampliar o tempo disponível<sup>21</sup> são opções intrínsecas ao trabalho associado na comunidade. Ainda, quando se adiciona determinados meios de produção ao trabalho associado tem-se maior otimização do tempo de trabalho e aumento do tempo disponível, além da maximização da produção.

Um exemplo é a diferença quando usam o moedor manual de cana-de-açúcar e quando usam o engenho elétrico.

Eu não sei bem fazer essa conta pra ocê. Eu sei que é muito rápido pra fazer um litro de caldo aqui e lá é mais demorado um pouquinho. Nesse aqui eu acho que deve em um minuto, deve dar, ou nem um minuto, um litro. Lá deve dar uns três, quatro minutos deve dar (Entrevista com Miguelina, 06/09/19)

Por exemplo, se produzir 10 litros de caldo de cana com o moedor manual se gastarão 40 minutos, enquanto no engenho elétrico se gastará, para os mesmos 10 litros, 10 minutos, apenas um quarto do tempo. Economizando, desta forma três quartos do tempo; ou caso queria aproveitar os mesmos 40 minutos, produziriam 40 litros, quatro vezes mais que a produção no moedor manual.

A maquinaria, como instrumental que é, encurta o tempo de trabalho, facilita o trabalho, é uma vitória do homem sobre as forças naturais, aumenta a riqueza dos que realmente produzem, mas, com sua aplicação capitalista, gera resultados opostos: prolonga o tempo de trabalho, aumenta a sua intensidade, escraviza o homem por meio das forças naturais, pauperiza os verdadeiros produtores (MARX, 1988, p. 506).

A diferença entre o modo de produção camponês e o modo de produção capitalista na utilização dos meios de produção é visível neste exemplo. Para a lógica camponesa, pode-se intensificar a utilização da força coletiva de trabalho, aumentando o tempo de trabalho e produzindo mais bens para a satisfação das necessidades materiais; ou não intensificar, mantendo o mesmo tempo de trabalho -

produzindo o suficiente – e aumentando o tempo disponível. Quanto para a lógica capitalista, intensifica a utilização força coletiva de trabalho, aumentando o tempo de trabalho e produzindo mais valia absoluta; ou intensifica esta utilização, mantendo o tempo de trabalho e produzindo mais valia relativa<sup>22</sup>; ou não intensifica, mantém o mesmo tempo e diminuindo a mais valia.

Por isso, além da existência da produção associada, necessita-se da existência da produção autogestionada de camponeses e camponesas. Por produção autogestionada entende-se a participação, sem mediação, de trabalhadores e trabalhadoras – possuidores e controladores dos meios de produção e da própria força de trabalho, ou seja, livres e não assalariados - nas decisões desde o processo produtivo à comercialização, com autonomia e autodeterminação, unindo habilidades e conhecimentos nestes processos, podendo, assim, organizar, executar e criar com toda a liberdade, controlando, então, o processo produtivo, distributivo, circulativo e de consumo.

Na comunidade, a vivência da produção autogestionada é experienciada desde as unidades produtivas familiares e mantida na produção associada entre as famílias. Por possuírem e controlarem a terra, os meios de produção, a força de trabalho tem-se mais autonomia sobre o processo de produção:

É, pra mim assim, eu acho que é gostoso trabalhar. Porque assim não tem ninguém te azucrinando, que fala né, não tem assim, ah, ‘você tem que fazer isso, você tem que ser assim, você não pode fazer isso, é horário, você tem que bater ponto’; é assim, você não está à vontade. Aqui desde a roupa para vestir assim, você pode vestir uma roupinha simples, sem manga pra você ficar à vontade pra você ficar trabalhando aí, não tem essas coisas. Aí eu acho assim, não é sofrimento. Trabalhar assim para a gente mesmo não é sofrimento não (Entrevista com Miguelina, 06/09/19).

Controlando, por sua vez, a jornada de trabalho:

É muito mais livre. Porque no dia a dia tem certo aquele prazo, àquela hora pra gente tá cuidando das coisas, no dia a dia. Mas aí é a gente que tá fazendo! Mas só que a vontade, a gente tem certa hora de descansar, a gente acha que tem hora que precisa descansar e a gente descansa, aí pega de novo. Na firma, é diferente lá da firma que aquele tempo corrido e não tem esse jeito de a gente tomar aquele suspiro mais leve né (Entrevista com Natalino, 07/06/19)

Decidindo, associadamente, sobre o processo de produção:

No serviço entra todo mundo e num tapa faz tudo mas se for só pra um. Acho assim, unido rende mais. Cada um estava em uma função. Foi rápido. Fazendo o cimento, organizando a areia, amassando o piso. Todos decidiram em reunião o que e o como fazer. O que ajudou na decisão foi a habilidade. Um tem mais jeito pra amassar e outro tem mais o jeito de fazer o concreto (Roda de conversa com José, 19/12/19).

Igualmente, decidindo sobre a utilização do produto:

É importante. É muito importante assim. Eu acho que a gente tem esse direito. Se é eu que vou trabalhar, eu que vou fazer, eu que tenho esse direito de decidir fazer o que eu quero fazer com aquilo. Acho que tenho esse direito porque é assim, próprio da gente, eu acho que é. Se eu que cansei, eu que lutei por aquilo, trabalhei tudo aquilo eu tenho que ter esse direito (Entrevista com Miguelina, 06/09/19).

E, por fim, tendo autonomia e autodeterminação na comercialização e preços dos produtos:

Aí tem que acompanhar aquela tabela, quem vem daqui mesmo da região, que nós mesmo que decidimos essa tabela. Aí tem que ser naquela faixa que tá rodando o produto. Porque se eu for vender mais caro do que aquele preço que tá correndo eu

fico com o meu sem vender né, aí então tem que acompanhar. Aí depois, com isso... com o tempo vai mudando né, porque as coisas tudo vai encarecendo aí tem que ir também mudando o preço (Roda de conversa com Maria Lina, 19/12/19).

Esta autonomia e autodeterminação sobre o processo produtivo, distributivo, comercialização e consumo são condições histórico-ontológicas inerentes ao modo de produção camponês, claro com todas as suas limitações e contradições históricas, principalmente por ser um modo de produção subordinado ao modo de produção capitalista. Contudo, por ser, igualmente, independente, possui estas singularidades.

Na produção associada, na comunidade, supera-se a divisão do trabalho entre os trabalhadores em que “[...] cada um dos quais executa uma operação parcial de um conjunto de operações que são, todas executadas simultaneamente e cujo resultado é o produto social do trabalhador coletivo” (BOTTMORE, 2012, p. 164) e na produção autogestionada supera-se a divisão entre o trabalho intelectual e manual:

A divisão do trabalho na produção é planejada, regulada e supervisionada pelo capitalista, já que é um mecanismo que pertence ao capital como sua propriedade privada: é assim, imposta a priori pelos poderes coercitivos do capital (BOTTMORE, 2012, p. 164)

Tanto para a primeira, quanto para a segunda, no modo de produção capitalista, o trabalhador e trabalhadora são objetivados, reificados. Quanto para o modo de produção camponês, eles são os sujeitos de sua história. Neste, o trabalho vivo (o trabalhador) não é supervisionado nem pelo capitalista e nem pelo trabalho morto (a máquina), é ele que autodetermina seu trabalho e o ritmo da máquina.

Para esta determinação histórica ser vivenciada, além do controle sobre os meios de produção, terra e força de trabalho, é preciso possuir o conhecimento sobre os instrumentos utilizados, o solo, as plantas, os animais e os processos técnicos, ou seja, o controle dos saberes. Os quais são apreendidos de geração em geração, na experiência cotidiana e pelo acesso aos conhecimentos técnico-científicos pela escola ou pelos movimentos sociais e pastorais, ongs e sindicatos da região.

Assim, não se possuem conhecimento e consciência apenas sobre o processo produtivo, mas sobre o território em que se vive, a fauna e flora e sobre parcela da lógica do Capital. Esta consciência sobre esta lógica parte de suas experiências vividas, de valores, de suas percepções sentidas cotidianamente nas carnes; e não através de livros, de categorias e conceitos epistemológicas: “[...] é o ser social que [...] determina a sua consciência” (MARX, 1977, p. 24). Ainda, continuando com Thompson (1981, p. 27):

Pensamento e ser habitam um único espaço, que somos nós mesmos. Mesmo quando pensamos, também temos fome e ódio, adoecemos ou amamos, e a consciência está misturada ao ser, mesmo ao contemplarmos o ‘real’, sentimos a nossa própria realidade palpável.

Sendo, então, esta consciência uma consciência possível. Ainda, estas experiências vivenciadas nas unidades produtivas, na produção agroecológica, associada e autogestionada instituem no ser camponês e camponesa uma outra subjetividade. Pois, uma das características ontológicas do trabalho é a transformação subjetiva a partir da transformação objetiva da natureza e da realidade<sup>23</sup>.

Esta nova subjetividade<sup>24</sup> é dotada de sentido, proporcionando significados à produção ampliada da vida dos camponeses e camponesas da comunidade. Sendo pela significação dada à existência

que percebem a vida sob a lógica do Capital carente de sentido e a diferença sobre a sua vida dotada de sentido.

Tem muita diferença. Assim, eu sei que todos têm que se esforçar pra trabalhar. Só que aqui no campo, por mais que o trabalho é duro, é a gente que faz a hora da gente. E quando tiver muito quente a gente pode ir descansar um pouquinho e lá na cidade não. É... eu creio que não é no sol, assim, no serviço duro, mas não é eles que fazem o horário. Eles têm que cumprir o horário, pode tá chovendo, pode tá sol eles têm que ir. E isso daí é uma grande diferença (Roda de conversa com Maria Lina, 19/12/19).

Como afirmava Mészáros (2006, p. 181): “o significado só é possível porque o homem sente o que sofre [...]”. As experiências não burguesas e não proletárias, mas histórico e ontologicamente camponesas constituem o fundamento concreto, objetivo destes novos significados.

### ***Comercialização: entre o controle do produto e renda e a proletarização da classe camponesa.***

Para melhor compreender o modo de produção camponês é preciso ampliar a análise para além da produção. Isto é, é preciso incorporar categorias e suas respectivas análises em realidades como a distribuição, a comercialização e o consumo, os quais estão em intensa interação dialética.

Para Marx (2011a), a distribuição é derivada das relações de produção. Pois, na produção capitalista existe a exploração de uma classe por outra, da qual a classe burguesa expropria o trabalho excedente (trabalho não pago/mais valia) e restitui o trabalho necessário (trabalho pago/salário) à classe proletária. Assim, distribuindo à classe determinada a mais valia e o salário. Distribuição esta resultado da expropriação dos meios de produção da classe trabalhadora e da exploração no processo de trabalho. Por fim, distribuição é a repartição dos produtos.

Agora, no modo de produção camponês, a realidade é outra. No processo produtivo não há a existência de duas classes, mas de uma única. Sendo assim, não existe a dicotomia conflitiva entre trabalho excedente e necessário, pois não há estas categorias na produção e, por conseguinte, não há a repartição dos produtos do trabalho, estes permanecem com os camponeses e camponesas.

Outra categoria é a comercialização ou circulação. Na lógica capitalista, esta categoria se efetua da seguinte forma: adianta-se capital (D) para adquirir meios de produção e força de trabalho com o objetivo de produzir mercadoria (M) e criar, pela exploração da força de trabalho, a mais valia, para, por fim, comercializar esta mercadoria concretizando esta mais valia em lucro (D'). O capital (D) investido retorna no fim do círculo como capital ampliado (D'), ou seja, D-M-D' (MARX, 2011a).

Quanto ao modo de produção camponês, este processo se efetiva de outra forma. Os camponeses e camponesas possuem e controlam seus meios de produção e força de trabalho, não investindo capital (D) neste processo, com os quais produzem seus produtos com duplo objetivo, consumo e venda (M). Ou seja, o produto resultado do trabalho tem como objetivo a satisfação das necessidades da família e comunidade. Porém, como não produzem determinados bens dos quais necessitam, precisam comercializar alguns produtos (M), recebendo determinada renda (D) com o objetivo de satisfazer as necessidades, comprando produtos (M') para serem consumidos. Ou seja, a

teleologia presente nesta realidade é a satisfação das necessidades - e não a produção de mais valia e lucro - presente desde o controle da produção pelos trabalhadores e trabalhadoras, produzindo valor de uso e valor de troca, consumindo e comercializando, para posteriormente retornar a consumir: M-D-M<sup>25</sup>.

Por fim, o consumo. Na lógica do capitalismo, o consumo se divide em duas categorias (BOTTOMORE, 2012): consumo produtivo (consumo de bens pelos produtores e de meios de produção) e consumo improdutivo (consumo de bens que não entram no processo produtivo). Quanto na lógica camponesa, o consumo é prioritariamente consumo improdutivo, isto é, um consumo que tem por prioridade a satisfação material e imaterial das necessidades básicas (não supérfluas).

Dito isso, analisar-se-á a comercialização da comunidade tradicional camponesa São Manoel do Pari. Nesta, se comercializa não necessariamente o excedente da produção. As condições históricas das necessidades materiais e imateriais são o que determinam a quantidade da parcela da produção que será consumida ou comercializada. Outra determinação é a qualidade dos produtos - lavoura permanente<sup>26</sup>, temporária<sup>27</sup>, criação<sup>28</sup>, artesanato<sup>29</sup> e derivados<sup>30</sup> - dos quais, dependendo do produto, são produzidos prioritariamente para a comercialização, tais como o artesanato e os derivados.

Desta forma, a intencionalidade é valor de uso ou valor de troca, quem decide são os próprios camponeses e camponesas das unidades produtivas familiares ou da produção associada. Demonstrando, assim, que a autogestão não se limita à produção, mas, igualmente à comercialização.

Aí é outra coisa que é interessante. Tando na feira, principalmente nas feira solidária, em vez de só vender a gente troca também nas próprias feiras, entre os feirantes aqui na comunidade, por que assim, por exemplo... é difícil feira que eu ir que não faço alguma troca. Não precisa ser só com dinheiro assim pra mim adquirir, se tem uma coisa que vejo que a pessoa tá precisando e ela tem outra coisa... quanta vez que a gente já trocou doce com doce. Foi engraçado lá na feira lá do dia do Encontro das Mulheres porque teve um grupo de mulher que levou doce de figo e eu levei furrundum, aí chegou lá e nós não vendeu tudo aí falamos: 'vamo trocar'. Legal né! (Entrevista com Miguelina, 06/09/19).

Neste exemplo, vê-se esta autodeterminação dos próprios trabalhadores sobre o produto: trocando ou comercializando. Sempre seguindo a premissa ontológica-histórica fundamental: a satisfação das necessidades.

Outra análise é necessária aqui, principalmente na relação entre produção e consumo. Marx (1977) já afirmava que sem a produção não pode haver o consumo e que sem o consumo não pode haver a produção. Ou seja, se produz para consumir, mas também pelas determinadas necessidades de consumo, se produz determinados produtos. Assim acontece na comunidade, em suas mudanças qualitativas de suas produções. Exemplo é a adição de cumbaru na rapadura. Demanda dos consumidores.

Marx (1977, p. 210) ainda adiciona esta análise: “portanto, a produção não cria somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto. Logo, a produção gera o consumo”. Exemplo desta análise foi quando iniciaram a produção de farinha de banana e começaram a comercializar e propagar seus efeitos saudáveis e curativos, criou e aumentou-se o consumo. Assim, o consumo é determinado tanto por fatores internos (necessidades pessoais e familiares) quanto externos (demanda).

Fome é fome, mas a fome que se sacia com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diversa da fome que devora carne crua com a mão, unha e dente. Por essa razão, não é somente o objeto de consumo que é produzido pela produção, mas também o modo do consumo, não apenas objetiva, mas também subjetivamente. A produção cria, portanto, os consumidores (MARX, 2011a, p. 47)

É esta utilidade do produto que a torna valor de uso, o qual só se torna realizado, concretizado com o consumo (MARX, 1988) dos próprios produtores – camponeses e camponesas – ou compradores. Esta é a dupla característica do valor de uso da lógica camponesa. Diferente da lógica capitalista que só é valor de uso, no valor de troca, isto é, quando os consumidores compram e consomem.

Quanto ao valor de troca, possui dupla característica: valor de troca para a família que vende e valor de uso para a família que compra. Ainda, o objetivo do valor de troca é igualmente duplo: satisfazer as necessidades dos produtores a partir da renda adquirida na comercialização e satisfazer as necessidades daqueles que compram o produto.

O caráter intencional teleológico é o mesmo nas três etapas - produção (início), comercialização (meio) e consumo (fim): satisfação de necessidades; ou valor de uso. O dinheiro, quando aparece nestas etapas, é somente enquanto mediação à intencionalidade teleológica, uma mercadoria de troca (MARX, 2011a), nunca como fim em si mesmo, não transformando, assim, dinheiro em capital<sup>31</sup> (MARX, 2011a).

Neste processo, para a satisfação das necessidades de camponeses e camponesas ou de capitalista, o preço é essencial. Quando Marx (1988, p. 114) afirma que o “preço é a designação monetária do trabalho corporificado na mercadoria”, vê-se que a formação do preço para a lógica camponesa e para a lógica capitalista se diferencia, em parte. Além de estar subordinada à lei de oferta e procura e pela quantidade de trabalho abstrato<sup>32</sup>, determinações da lógica do capital, outras determinações condicionam os preços das mercadorias dos camponeses e camponesas da comunidade.

Quando elaboram os preços de suas mercadorias, a quantidade de trabalho e a quantidade de meios de produção utilizados na produção da mercadoria não são computados:

Nós vamos ter que aprender a fazer isso, por que nós sabemos que tudo isso tem um custo e se pôr no bico de caneta do trabalho, do seu trabalho cê não tá tirando nada. Porque assim ele é muito trabalhoso pra todo esse tempo, pra fazer essa coisa e aí se for pôr o valor da cana, o valor do dia, o valor da [inaudível] e o gasto de energia aí o tempo que fica ali tudinho não tira. Ainda não tá tirando. Até porque assim ó, a cana a gente não tá comprando, a cana é nosso e cada um tem suas cana aí você não paga ninguém pra ajudar né que é grupo familiar né. Mas assim se for, aí eu falo assim, se for pra tirar, pesar assim desse aí eu tirei tanto de renda, lucro, lucro não, mas aí se tiver saindo é muito pouco. Mas como é da gente né, não tá perdendo também (Entrevista com Miguelina, 06/09/19).

As determinações histórico-ontológicas do modo de produção camponês – posse e controle sobre a terra, os meios de produção, a força de trabalho – criam condições em que para se produzir quase não existem gastos, assim não agregando, nem minimamente, o pouco de gastos que se tem, diminuído, por sua vez, a renda obtida na comercialização.

Ainda, mesmo subordinado aos imperativos sociometabólicos do capital na determinação dos preços, existe um grau de independência.

Aí tem que acompanhar aquela tabela, quem vem daqui mesmo da região, que nós mesmo que decidimo essa tabela. Aí tem que ser naquela faixa que tá rodando o produto. Porque se eu for vender mais caro do que aquele preço que tá correndo eu fico com o meu sem vender né, aí então tem que acompanhar. Aí depois, com isso, com o tempo vai mudando né, porque as coisa tudo vai encarecendo aí tem que ir também mudando o preço (Roda de conversa com Maria Lina, 19/12/19).

Em parte, há a autogestão dos camponeses e camponesas não só da comunidade tradicional São Manoel do Pari, mas de comunidades tradicionais vizinhas, na definição dos preços. Além desta autonomia, característica do trabalho autogestionado, tem a solidariedade, característica do trabalho associado:

Por causo que se não fizer assim naquela coisa do preço aí acontece de ficar explorando as pessoa, daí não fica bom né. A gente considera assim, se fosse pra gente comprar né, aí se fosse muito caro a gente não conseguia comprar. E assim também é pra vender, se for muito caro a gente tem dó também né. Também tem que ser o preço que vale né (Roda de conversa com Maria Lina, 19/12/19).

Aqui, solidariedade é uma categoria político-econômica na decisão sobre o preço. Categoria esta presente na comercialização dos produtos por outras unidades produtivas familiares:

Não! Não vejo como concorrência porque assim ó, eu acho que tem espaço pra todo mundo trabalhar. Igual assim eu vejo assim aqui tem três caso, a Iolanda entrega, o pai dela também tem uma entrega e o Natalino também tem entrega, toda segunda feira vão os três e cada um tá pra um canto. Cada um tá pra um canto trabalhando. É muita gente né, pra comer assim. Eu acho até natural isso, assim, eles vender assim (Entrevista com Miguelina, 06/09/19).

Diferentemente da concorrência enquanto categoria político-econômica da lógica do capital. Nesta lógica, o outro é sempre alguém a se derrotar (outros empresários), se explorar (trabalhadores) ou conquistar (consumidores); sempre visto enquanto coisa. Assim, nesta relação se efetiva a reificação (coisificação) do outro, sempre com a intenção do lucro.

A solidariedade na comunidade é vivenciada como categoria necessária à produção e reprodução material e imaterial da existência. Sem esta categoria, os fundamentos lógicos da produção da existência evanescem. Por isso o pensar no coletivo, já presente nas unidades produtivas familiares, estendidas à produção associada, é, igualmente, vivenciada na comercialização (solidarizando-se com outras unidades produtivas) e no consumo (solidarizando-se com as famílias consumidoras). Incluir substitui o ‘derrotar’, explorar e o ‘conquistar’ da lógica do capital.

A renda, resultado desta relação comercialização e consumo, está inserida nesta lógica de inclusão, de acesso e de justiça: eis o *ethos* do trabalho. O preço justo para quem produz e comercializa e para quem consome é este *ethos*. Pois a renda é a renda necessária para a satisfação das necessidades materiais e imateriais. Nem mais, nem menos. Pois, para as famílias pesquisadas da comunidade, o dinheiro é mediação e não um fim.

Aí assim, do que a gente compra aqui, mesmo assim, eu não sei fazer um cálculo para você, mas acho assim, com tudo isso que a gente não precisa comprar, eu falo assim cê passa um mês sem gastar mas precisa ter uma conta aí, por exemplo, um açúcar, a gente tem jeito de fazer o açúcar mas não tá fazendo né, por exemplo, açúcar mascavo dá pra fazer, aí não precisa comprar. Aí sabão também, se quiser fazer um sabão também já dá pra fazer, não precisa comprar lá né. Aí assim, não sei, mas precisaria até de pouco

mesmo. Passar uma semana sem gastar dinheiro é possível (Entrevista com Miguelina, 06/09/19).

Como Marx (2001, p. 149) já afirmava:

O homem torna-se cada vez mais pobre como homem, necessita cada vez mais de dinheiro, para poder tomar posse do ser hostil. O poder de seu dinheiro enfraquece em dimensão oposta à massa de produção, ou seja, a sua necessidade aumenta na medida em que cresce o poder do dinheiro. A necessidade do dinheiro constitui, assim, a verdadeira necessidade criada pelo moderno sistema econômico e é a única necessidade que ele produz.

É a necessidade do dinheiro como mediação para o acesso à bens materiais e imateriais não produzidos na comunidade e também pelas diversas condições de dificuldades de escoação de suas mercadorias (transporte, acesso a feiras) que muitas vezes se sentem obrigados a comercializar seus produtos não com consumidores diretos, mas com intermediários, os atravessadores.

Estes pagam muito menos pelo produto se comparado aos preços cobrados aos consumidores diretos. Eis um exemplo:

Ah, uma diferença grande né, porque ali na feira você vai vender assim direto para o consumidor. Aí você vai vender pelo preço que vale aquilo, por exemplo, o doce, os doce se o mercado pegasse eles não ia pagar mais do que R\$ 5,00 o pote de quinhentas gramas e ele vai vender por R\$ 10,00 ou R\$ 12,00. Agora, e eu direto pra feira tá saindo a R\$ 10,00 o potinho. E tá bem vendido, não tá caro R\$ 10,00 por conta que, assim, é meio quilo, meio quilo de doce. E o mercado, assim, ele tem o trabalho só de levar já vai ganhar metade ou mais da metade? Não é justo. (Entrevista com Miguelina, 06/09/19).

Ou pode-se observar a mesma situação neste depoimento:

Quanto mais barato pra eles é melhor. Uma média de uma caixa de banana na feira é vendida por R\$ 50,00 ou R\$ 60,00 a caixa. E o atravessador quer pagar em média de R\$ 30,00 ou R\$ 35,00. E eles iam vender por R\$ 70,00 ou R\$ 80,00 (Roda de conversa com José, 19/12/19).

No primeiro depoimento, a perda da camponesa quando vende para o atravessador é de 50% e o lucro deste é de 140% em relação ao preço que pagou. Quanto ao segundo depoimento, a perda do camponês é, também, de 50% e o lucro do atravessador é de 166%.

Está situação histórica é o que Marx (1978, p. 54) conceituou como subsunção formal ao capital.

O caráter distintivo da subsunção formal do trabalho ao capital se destaca, com maior clareza, mediante comparação com situações nas quais o capital já existe desempenhando determinadas funções subordinadas, mas não ainda em sua função dominante, determinante da forma social geral, em sua condição de comprador direto de trabalho, e apropriador direto do processo de produção.

Os imperativos sociometabólicos do capital não subordinou, nesta situação, a força de trabalho e os meios de produção aos seus ditames, tal como se efetiva com os proletários. Pois o camponês e camponesa continuam produtores-vendedores de mercadoria. O que se efetiva, aqui, é a expropriação da mais valia absoluta<sup>33</sup> e não a mais valia relativa<sup>34</sup>, desta, a subsunção é real e não formal como aquela (MARX, 1978). Ainda, para Marx (1978) o que é essencial para esta subsunção formal é a relação exclusivamente monetária entre o que vende e o que compra. Assim, este se apropria do trabalho excedente daquele.



Neste momento, o camponês e camponesa recebem deste atravessador o salário<sup>35</sup>, o que antes, na venda para consumidores diretos, recebiam a renda. Salário este que é o valor da força de trabalho o qual é “determinado como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e, por consequência, a sua reprodução” (MARX, 1988, p. 191).

Contudo, o que o camponês e a camponesa recebem nesta comercialização não é qualquer salário, é o que Marx (1980) definiu como salário por peça. O que é apenas outra forma de medir o tempo de trabalho (MARX, 2011a; 1980).

O salário por peça, na realidade, não expressa diretamente nenhuma relação de valor. Não se trata de medir o valor da peça pelo tempo de trabalho nela incorporado. Mas ao contrário, o tempo despendido pelo trabalhador, pelo número de peças que ele produziu. No salário por tempo, o trabalho se mede diretamente por sua duração; no salário por peça, pela quantidade de produtos em que o trabalho se materializa num dado espaço de tempo. O preço do tempo de trabalho continua determinado pela equação: valor da jornada de trabalho = valor diário da força de trabalho. Salário por peça é, portanto, apenas uma forma modificada de salário por tempo (MARX, 1980, p. 638-639).

Aqui, não é o tempo da jornada de trabalho que determina o salário, mas a quantidade e a qualidade da mercadoria produzida e vendida. Estando nesta mercadoria, intrínseca a ela, o tempo utilizado à sua produção. Esta é outra maneira de se medir o tempo.

O sistema do pagamento por peça dá certamente a aparência de que o trabalhador recebe uma parte determinada do produto. Entretanto, trata-se apenas de uma outra forma de medir o tempo (em lugar de dizer ‘você trabalha durante 12 horas’, diz-se ‘você recebe tanto por peça; isto é, nós medimos o tempo que você trabalha pelo número de produtos’ [...]) (MARX, 2011a, p. 221).

Contudo, independente que se trabalhe 12 horas ou 24 horas, ou que se agregue mais ou menos valor com os meios de produção, o preço será o predeterminado pelo atravessador. Assim, o tempo de trabalho no produto é o tempo do trabalho abstrato.

Daqui, desta subsunção formal ao capital, a mais valia é criada e expropriada do camponês e camponesa. Pois agora, existe diretamente a relação entre capital e trabalho. Mudando, assim, histórico-ontologicamente a categoria distribuição. O que antes pertencia à classe camponesa, agora é dividida entre o capitalista (trabalho excedente = mais valia e lucro) e camponês (trabalho necessário = salário).

A extração de mais-valia é a forma específica que assume a exploração sob o capitalismo, a *differentia specifica* do modo de produção capitalista, em que o excedente toma a forma de lucro e a exploração resulta do fato da classe trabalhadora produzir um produto líquido que pode ser vendido por mais do que ela recebe como salário (BOTTOMORE, 2012, p. 335).

Desta determinação histórica, inerente ao modo de produção capitalista, sobre o modo de produção camponês, não-capitalista, uma mudança histórico-ontológica se concretiza à classe camponesa, no geral, e aos camponeses e camponesas da comunidade, em particular: tornam-se proletários, ou seja, trabalhadores e trabalhadoras que vendem sua força de trabalho ao capitalista e que divide a jornada de trabalho em trabalho necessário (trabalho pago) e trabalho excedente (trabalho não pago), expropriando deste último a mais valia, concretizada em lucro na comercialização da mercadoria, resultado do trabalho do proletário.

Contudo, ao se observar esta definição, o camponês e camponesa que comercializam com o atravessador não se amolda totalmente a ela, pois este camponês e camponesa ainda possuem e controlam a sua terra, o seu meio de produção, a sua força de trabalho, sua jornada de trabalho e o seu produto. Sendo desta forma, nem totalmente camponês e nem totalmente proletário, mas um ‘camponês-proletarizado’.

Um camponês e camponesa que mantém autonomia, autodeterminação, coletividade, cooperação nos processos produtivos e que se subordina à exploração e expropriação pelo capitalismo de sua força de trabalho, tornando-se neste momento particular um proletário. Sendo que esta *determinação histórica* (a proletarização) não nega aquela *determinação ontológica* (campesinato). Ao mesmo tempo que a *determinação histórica* de ser camponês não nega a *determinação ontológica* de ser proletário.

Por fim, em todo este processo acima descrito e analisado da produção material e imaterial da vida dos camponeses e camponesas da comunidade tradicional São Manoel do Pari é manifestado e explicado como em sua existência é vivenciada diversas alternativas ao modo de produção capitalista e também é vivenciada diversos elementos contra-hegemônicos à lógica do capital.

Mesmo nesta condição de proletarização do proletário no momento de comercialização de sua mercadoria é manifestada sua característica ontológica subversiva, duplamente subversiva: enquanto camponês (modo de produção camponesa) e enquanto proletário (o qual traz em si o germe de contradição do capital).

### ***Considerações finais***

Por fim, estas experiências no processo produtivo na comunidade tradicional camponesa São Manoel do Pari, em particular, e no modo de produção camponês, no geral, apresentam em sua estrutura um projeto alternativo ao modo de produção capitalista. Ao romper com a divisão do trabalho, ao coletivizar a propriedade, ao produzir sob os princípios agroecológicos e sob os princípios da produção associada e autogestionada, ao controlar o produto, a comercialização e a sua renda é manifestada uma outra lógica de produção ampliada da vida.

O desejo de Marx (1988, p. 88) de uma sociedade de produtores livremente associados está presente:

A estrutura do processo vital da sociedade, isto é, do processo de produção da sociedade, isto é, do processo de produção material, só pode desprender-se do seu véu nebuloso e místico, no dia em que for obra de homens livremente associados, submetida a seu controle consciente e planejado.

A experiência vivenciada pela comunidade (e por tantas outras comunidades e povos tradicionais, assentamentos e posses) é uma experiência singular e subversiva à lógica do capital. Marx (2011b), observou, em uma pequena experiência espaço-temporal na França algo parecido; e o chamou de ‘comunismo’:

A comuna, exclamam, pretende abolir a propriedade, a base de toda civilização. Sim cavalheiros, a Comuna pretendia abolir essa propriedade de classe que faz do trabalho de muitos a riqueza de poucos. Ela visava a expropriação dos expropriados. Queria fazer da propriedade individual uma verdade, transformando os meios de produção, a terra e o capital, hoje essencialmente meios de escravização e exploração do trabalho, em simples instrumentos de trabalho livre e associado. Mas, isso é comunismo, o 'irrealizável comunismo' (MARX, 2011b, p. 60)

Continuando com Marx e Engels (1980), os elementos de subversão são as forças produtivas de um lado e de outro os trabalhadores e trabalhadoras que agem contra a estrutura que ergue a produção da vida capitalista. Este fundamento é, entre outros, a expropriação dos meios de produção daqueles que possuem a força de trabalho.

Um outro é a renda fundiária, tão importante à lógica do capital no país. Para esta renda existir é preciso que o proprietário fazendeiro arrende a sua terra ao produtor capitalista. Contudo, esta realidade é impossibilitada quando camponeses e camponesas (além de quilombolas, indígenas e outros povos de comunidades tradicionais) mantêm a posse da terra para a sua produção de valor de uso e valor de troca, retirando, assim, a possibilidade do processo de arrendamento da terra, o que por sua vez, retira a possibilidade do processo de produção e reprodução do modo de produção capitalista nacional.

Assim, se confirma o anúncio de Thompson (2001, p. 149) que:

O máximo que estamos habilitados a dizer é que uma classe subalterna pode apresentar uma hegemonia embrionária, ou exercê-la em áreas muito limitadas da vida social.

Pois,

A classe trabalhadora sabe que tem que passar por diferentes fases da luta de classe. Ela sabe que a superação das condições econômicas de escravidão do trabalho pelas condições do trabalho livre e associado só pode ser um progressivo trabalho do tempo, [...] que exige não apenas uma mudança na distribuição, mas uma nova organização da produção, ou antes a libertação das formas sociais de produção na atual organização do trabalho [...] (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 534)

Contudo, enquanto estas experiências de controle da terra e dos meios de produção pelos trabalhadores e trabalhadoras, de produção agroecológica, associada e autogestionada não forem expandidas (cuja a necessidade é vital), estas experiências podem ser definidas como 'guerra de posição' (GRAMSCI, 2005). Em que a hegemonia do trabalho (do modo de produção camponês e classes subalternas) subverta espaço por espaço a hegemonia do capital (do modo de produção capitalista). Ou melhor, a 'guerra de posição' presente, embrionariamente, nas experiências camponesas é uma guerra contra a sociedade de classes: nem burguês (explorador da força de trabalho) e nem proletário (explorado pela classe burguesa).

Este é o projeto socialista: a restituição do controle sociometabólico aos trabalhadores e trabalhadoras associados (MÉSZÁROS, 2002), não deixando nenhum rastro do capital em que dê condições do surgimento do capitalista, criando assim, condições para uma sociedade para além do capital (MÉSZÁROS, 2002).

**Referências:**

- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. SP: Expressão Popular, 2012.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. SP: Boitempo, 2005.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. RJ, Zahar, 2012.
- CABRAL, Cristiano. Conflitos no campo, agronegócio e estado. A institucionalização de violência no campo e a luta por terra, trabalho, alimentação e pela vida. In: WERNER, Inácio; SATO, Michèle, SANTOS, Déborah. **Relatório estadual de direitos humanos e da terra - 2019**. Cuiabá – MT: Associação Antônio Vieira, 2019.
- CAPORAL, Francisco Roberto. Em defesa de um plano nacional de transição agroecológica. In: SAUER, S; BALESTRO, V. (org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. SP: Expressão Popular, 2013. p.261-304.
- \_\_\_\_\_; AZEVEDO, Edésio Oliveira de. **Princípios e perspectivas da agroecologia**. PR: Instituto Federal Paraná, 2011.
- CARVALHO, Horácio M. de. **O campesinato no século XXI**. Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. RJ: Vozes, 2005.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. SP: Paz e Terra, 2008.
- CASTRO, Josué. **Geopolítica da fome**. Vol. 1. SP: Editora Brasiliense, 1961.
- CHAYANOV, Alexander Vasilyevich. **La organización de la unidad económica campesina**. Bueno Aires, Argentina, Ediciones Nueva Vision, 1974.
- CONAB. **Portal de informações agropecuárias**. Disponível em: <https://portaldeinformacoes.conab.gov.br/>. Acesso em: 13 de março de 2019.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito da natureza intocada**. AP: Hucitec, 1996.
- DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo. (org). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. SP: USP, 2001.
- DURHAM, Eunice. **A dinâmica da cultura**. SP: Cosac Naify, 2004.
- ESTEVE, Esther Vivas. **O negócio da comida**. SP: Expressão Popular, 2017.
- GRAMSCI, Antonio. Notas sobre Maquiavel. In: SADER, Emir (org.). **Gramsci: poder, política e partido**. SP: Expressão Popular, 2005. p.11-106.
- HARVEY, David. **Os limites do capital**. SP: Boitempo, 2013.
- HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. SP: Centauro, 2000.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Resultados Preliminares. Rio de Janeiro, v. 7, p.1-108, 2017.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. RJ: Paz e Terra, 1976.
- LONDRES, Flávia. **Agrotóxicos no Brasil**. Um guia para ação em defesa da vida. RJ: Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.
- LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social II**. SP: Boitempo, 2013.
- LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**. SP: Nova cultura, 1985.
- MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **A dialética da agroecologia**. SP: Expressão Popular, 2014.
- MAICÁ, Eitel Dias. Sementes. In: CALDART, Roseli. et al (org.). **Dicionário da educação do campo**. SP: Expressão Popular, 2012. p.697-704.

- MANDEL, Ernest. **A crise do capital**. Os fatos e sua interpretação marxista. SP: Ensaio, 1990.
- MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. Livro 1 - O processo de produção do capital. Volume 1. RJ: Bertrand, 1988.
- MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. Livro 1 - O processo de produção do capital. Volume 2. RJ: Civilização Brasileira, 1980
- MARX, Karl. **O capital**. O processo global de produção capitalista. Livro 3. Volume 5. SP: DIFEL, 1985a.
- MARX, Karl. **O capital**. Capítulo VI (Inédito). Livro I. SP: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978.
- MARX, Karl. **Teoria da mais valia**. História crítica do pensamento econômico. Livro 4 de 'O capital'. Volume 1. SP: Bertrand, 1987.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. SP: Martins Fontes, 1977.
- MARX, Karl. **Grundrisse**. SP: Boitempo, 2011a.
- MARX, Karl. **A guerra civil na França**. SP: Boitempo, 2011b.
- MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital**. SP: Global Editora, 1985b.
- MARX, Karl. **Manuscrito econômico-filosófico**. SP: Martins Fontes, 2001.
- MARX, Karl. **O dezoito Brumário de Lois Bonaparte**. SP: Centauro, 2003.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã**. SP: Martins Fontes, 1980.
- MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. SP: Boitempo, 2006
- MÉSZÁROS, István.. **Para além do Capital**. SP: Boitempo, 2002.
- ONU: fome atinge mais de 820 milhões de pessoas no mundo. **ONU NEWS**. Perspectiva Global. Reportagens Humanas. 15 de julho de 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/07/1680101> Acesso em: 12 de fevereiro de 2020
- PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e a arte da agricultura**. SP: Editora Unesp, 2016.
- PLOEG, Jan Douwe van der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: Petersen, Paulo (Org). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p.17-31.
- PRIMAVESI, Ana. **Manual do solo vivo**. SP: Expressão Popular, 2016.
- ROIO, Marcos del. **Gramsci e a emancipação do subalterno**. SP: UNESP, 2018.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. RJ: Record, 2001.
- SCHMITT, Claudia Job. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S; BALESTRO, V. (org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. SP: Expressão Popular, 2013. p.173-198.
- STEDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins. Soberania alimentar. In: CALDART, Roseli. et al (org.). **Dicionário da educação do campo**. SP: Expressão Popular, 2012. Pág. 714-723.
- THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Uma crítica ao pensamento de Althusser. RJ: Zahar, 1981.
- THOMPSON, Edward Palmer. Folclore, antropologia e história social. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. SP: Unicamp, 2001. p.227-268.
- THOMPSON, Edward Palmer. As peculiaridades dos ingleses. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. SP: Unicamp, 2012. p.75-180.

TOLEDO, Víctor; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural**. A importância ecológica das sabedorias tradicionais. SP: Expressão popular, 2015.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. SP: Expressão Popular, 2007.

ZIEGLER, Jean. **Destrução em massa**. Geopolítica da fome. SP: Cortez, 2013.

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Professor na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Pesquisador do Grupo de estudos e pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE). Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8968583181133770> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3770-5648> E-mail: [crisprelazia@yahoo.com.br](mailto:crisprelazia@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> “[...] o compadrio é uma instituição fundamental. Estabelecido em base voluntária, o compadrio de um lado assinala relações preferenciais entre parentes, e de outro estende os limites da solidariedade interfamiliar, criando laços de parentesco ritual. O compadrio permite, desse modo, validar e criar relações sociais em agrupamentos caracterizados pela mobilidade dos membros, como é o caso dos bairros caipiras. [...] Desse modo, o compadrio não é apenas um seguro social para as crianças mas, e talvez principalmente, é uma relação entre adultos que se estabelece por intermédio da criança” (DURHAM, 2004, p. 154).

<sup>3</sup> Por vezes, em situações pontuais, a família contrata uma pessoa para determinada atividade, pagando-lhe em salário. Contudo, esta situação não se caracteriza produção de mais valia, no caso, um trabalho produtivo, mas sim um trabalho improdutivo, ou seja, uma prestação de serviço não gerador de mais valia (MARX, 1987)

<sup>4</sup> “O efeito do trabalho combinado não poderia ser produzido pelo trabalho individual, e só o seria num espaço de tempo muito mais longo ou numa escala muito reduzida. Não se trata aqui da elevação da força produtiva individual através da coordenação, mas da criação de uma força produtiva nova, a saber, a força coletiva” (MARX, 1988, p. 374-375).

<sup>5</sup> “[...] só é produtivo o trabalho que gera mais valia e em cujo produto portanto se contém valor maior que o atingido pela soma dos valores consumidos na sua elaboração” (MARX, 1987, p. 21).

<sup>6</sup> “É trabalho que não se troca por capital, mas diretamente por renda, ou seja, por salário ou lucro [...]” (MARX, 1987, p. 137).

<sup>7</sup> Dados organizados pelo autor.

<sup>8</sup> Exemplo é a produção de frango, que em um tempo médio de 180 dias foi reduzido para apenas 30 dias, isso pelo motivo de utilização de melhoramento genético e de hormônios de crescimento (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

<sup>9</sup> Só no Mato Grosso, entre os anos 1995 e 2018, foram libertos 6.169 trabalhadoras e trabalhadores escravizados (CABRAL, 2019)

<sup>10</sup> “Soberania alimentar é o conjunto de políticas públicas e sociais que deve ser adotado por todas as nações, em seus povoados, municípios, regiões e países. A fim de se garantir que sejam produzidos os alimentos necessários para a sobrevivência da população local” (STEDILE; CARVALHO, 2012, p. 715).

<sup>11</sup> “Segurança alimentar é uma política pública por governos de diversos países que parte do princípio de que todas as pessoas têm o direito à alimentação e que cabe ao estado o dever de prover os recursos para que as pessoas se alimentem” (STEDILE; CARVALHO, 2012, p. 714).

<sup>12</sup> CONAB. Portal das informações.

<sup>13</sup> Segundo Machado e Machado Filho (2014), poucas empresas controlam a totalidade do mercado de sementes transgênicas, são elas: Syngenta, Monsanto, Dupont, Bayer e Basf.

<sup>14</sup> Segundo Mandel (1990, p. 115), “A fome de 1973/74 foi em grande parte pré-fabricada pela política deliberada de sustentação de preços através de uma redução artificial das áreas plantadas e da produção, ou seja, através da lógica infernal de uma economia de mercado”.

<sup>15</sup> “[...] solo decadente está doente, e solo doente somente pode criar plantas deficientes, ou seja, doentes. E plantas doentes tornam-se produtos e um valor biológico muito baixo, por isso são atacados por tantas pragas e doenças, precisando de muitos defensivos” (PRIMAVESI, 2016, p. 9).

<sup>16</sup> “O manejo agroecológico deve intensificar a ciclagem de nutrientes e de material orgânico, otimizar os fluxos de energia, conservar a água e o solo e equilibrar as populações de pragas e inimigos naturais” (ALTIERI, 2012, p. 109).

<sup>17</sup> “É o material cultivado localmente, geração após geração, o que determina a sua adaptação à comunidade onde está sendo cultivada, pelos camponeses que ali habitam” MAICÁ, 2012, p. 701).

<sup>18</sup> “[...] soberania alimentar reside no ‘poder de decidir’: que os agricultores possam decidir o que cultivar, que tenham acesso à terra, à água, às sementes” (ESTEVE, 2017, p. 192).

<sup>19</sup> “Tanto as empresas capitalistas por ações quanto as cooperativas industriais dos trabalhadores devem ser consideradas formas de transição entre o modo capitalista de produção e o modo associado, com a diferença que, num caso, a contradição é superada negativamente e, no outro, de maneira positiva” (MARX, 1985a, p. 509).

<sup>20</sup> “O tempo de trabalho é a existência viva do trabalho, não interessa a sua forma, o seu conteúdo, a sua individualidade; é o seu modo de existência viva na sua forma quantitativa, e simultaneamente a sua medida imanente” (MARX, 1977, p. 33).

<sup>21</sup> “Do ponto de vista do trabalho vivo, é perfeitamente possível divisar o tempo disponível como a condição que preenche algumas funções positivas na atividade de vida dos produtores associados (funções que só ele pode preencher), desde que a unidade perdida entre necessidade e produção seja reconstituída em um nível qualitativo superior a tudo que já tenha existido no relacionamento histórico entre o ‘caracol e sua concha’. Todavia, em contraste total, o ‘tempo disponível’, do ponto de vista do capital, é necessariamente percebido ou como algo a ser explorado no interesse da expansão do capital (desde a venda de

ferramentas e materiais do tipo faça-você-mesmo à extrema comercialização de toda ‘atividade de lazer’, seja ela sexo, culto religioso ou arte), ou como inútil ‘tempo desperdiçado’, já que ele não pode ser explorado” (MÉSZÁROS, 2002, p. 668).

<sup>22</sup> “Chamo de mais valia absoluta a produzida pelo prolongamento do dia de trabalho, e de mais valia relativa a decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas as partes componentes da jornada de trabalho” (MARX, 1988, p. 363).

<sup>23</sup> “O agir humano objetivo que transforma a natureza e nela inscreve significados, é um processo único, cumprido por necessidades e sob a pressão de uma finalidade exterior que ao mesmo tempo realiza os pressupostos da realidade e da livre criação” (KOSIK, 1976, p. 208).

<sup>24</sup> “A nova subjetividade, crítica e a negativa da condição subalterna, parte necessariamente das condições reais existentes, das contradições do real, dos fragmentos que compõe a ideologia subalterna, dos impulsos de rebeldia dos dominados” (ROIO, 2018, p. 185).

<sup>25</sup> É importante aqui diferenciar o M-D-M’ da lógica camponesa e o M-D-M’ do capital mercantil. Neste, compra-se a mercadoria acabada com o objetivo de vendê-lo e obter lucro, comprando posteriormente mais mercadoria acabada (BOTTMORE, 2012). Quanto à lógica camponesa é produzir a sua mercadoria para a satisfação das necessidades diretamente pelo consumo e indiretamente pela comercialização.

<sup>26</sup> Os quais são: laranja, limão, manga, banana, mamão, goiaba.

<sup>27</sup> Os quais são: batata, arroz, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, cebola, milho, algodão, legumes e verduras.

<sup>28</sup> Os quais são: galinha caipira e semi-caipira, porco e gado de corte e leiteiro.

<sup>29</sup> Os quais são: rede, bolsa e tapete.

<sup>30</sup> Os quais são: rapadura, furrundum, farinha da mandioca, farinha da banana, pamonha, melado, bolos, doces e polpa.

<sup>31</sup> “O capital-dinheiro na teoria de Marx é um estoque de dinheiro de que o capitalista dispõe de vender mercadorias, mas antes de reinvestir o valor de produção gastando-o na compra de força de trabalho e meios de produção” (BOTTMORE, 2012, p. 159).

<sup>32</sup> “[...] qualquer ato de trabalho pode ser considerado separadamente de suas características específicas simplesmente como dispêndio de força de trabalho humana, ‘o trabalho humano puro e simples, o trabalho humano em geral. O dispêndio de trabalho humano considerado sob esse aspecto cria valor e é chamado de ‘trabalho abstrato’” (BOTTMORE, 2012, p. 564).

<sup>33</sup> “A subsunção formal é suficiente para a produção de mais-valia absoluta e surge assim que os trabalhadores são impelidos a vender a sua força de trabalho para sobreviver” (HARVEY, 2013, p. 167)

<sup>34</sup> “A real submissão do trabalho ao capital surge quando os capitalistas começam a reorganizar o próprio processo de trabalho para obter mais-valor relativo” (HARVEY, 2013, p. 168).

<sup>35</sup> “[...] salário é a quantia em dinheiro que o capitalista paga por um determinado tempo de trabalho ou pela execução de determinada tarefa” (MARX, 1985b, p. 16).

Recebido em: 26 de maio de 2021  
Aprovado em: 23 de agosto de 2021